

# **PERSPECTIVAS INOVADORAS NAS PROPOSTAS DE CURSOS DE LICENCIATURA DA UEFS**

**Jéssica Fernanda França Silva<sup>1</sup>; Amali de Angelis Mussi<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC/ Fapesb. Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [nandapedagogia@hotmail.com](mailto:nandapedagogia@hotmail.com)

2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [amalimussi@hotmail.com](mailto:amalimussi@hotmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** Inovação, Projeto Pedagógico, Formação de professores.

## **INTRODUÇÃO**

No final dos anos 80, Estados Unidos e Canadá iniciaram um movimento reformista na formação inicial de professores, com o objetivo de reivindicar um status profissional aos professores (TARDIF, 2002). No Brasil, o movimento reformista na formação de professores da educação básica iniciou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que redefiniu as discussões a respeito dos rumos das licenciaturas e das atuais políticas públicas de formação de professores. No quadro dessas políticas destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (DCN, 2001), e a Resolução CNE nº 01, de 18/02/2002. Ambas as normatizações buscam valorizar práticas formativas articuladas, inovadoras, com a intenção de dar legitimidade à profissão e ultrapassar a concepção da docência ligada a um fazer vocacionado.

Diante do cenário explicitado acima, é possível afirmar que existe a expectativa de transformações e inovações nas práticas formativas, visando à superação do modelo aplicacionista do conhecimento. Desse modo, estudos atuais tem se debruçado em investigar a temática da inovação nos cursos de licenciatura. No que tange ao âmbito pedagógico, a inovação pode ser entendida como uma mudança deliberada e conscientemente assumida, visando uma melhoria da qualidade do ensino (CUNHA e ZANCHET, 2007).

Além disso, nas últimas décadas, as transformações que conseguimos registrar na universidade não têm sido originadas de processos coletivos e reflexivos, ao contrário, as práticas pedagógicas inovadoras foram implementadas de forma isolada, sem possibilidade de socialização e validação pelos pares, o que se constitui o principal problema a ser investigado, por meio da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação da UEFS.

Tendo em vista a necessidade de reconstrução nas práticas pedagógicas dos professores diante das várias demandas presente na sociedade atual, essa investigação busca nos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP conhecer as práticas inovadoras, bem como o entendimento da importância deste documento no cenário educacional.

Diante do atual contexto em que a sociedade e especificamente a educação vem passando, questionamos: que inovações ocorreram/ ocorrem nos cursos de licenciatura da UEFS? Que perspectivas inovadoras possuem os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura? Esta investigação se propôs a analisar os PPPs dos cursos de licenciatura em Biologia, Física e História da UEFS, que foram reformulados recentemente, porém devido ao cancelamento da bolsa de iniciação científica no sexto mês de vigência por motivo de conclusão do curso foi possível analisar apenas o PPP do curso de Biologia.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, tendo como instrumento para coleta de dados a análise documental. Segundo Pimentel (2001) é um tipo de pesquisa que permite extrair dos documentos “toda análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta”. Essa análise ocorreu mediante um roteiro pré-estabelecido explicitado abaixo do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas da UEFS

1. Leitura horizontal de cada Projeto Político Pedagógico - PPP para identificar a recorrência da palavra “inovação”
2. Identificar a presença ou não dos seguintes componentes e objetivos do processo de inovação educativa:
  - a) Relação professor-aluno: favorecer uma relação pedagógica horizontal entre os atores sociais;
  - b) transferir o eixo das preocupações do ensinar para o aprender;
  - c) ampliar a autonomia pedagógica do professor e dos estudantes
  - d) possibilitar um planejamento condizente com as especificidades dos contextos;
  - e) valorizar o intercâmbio, a cooperação e a inclusão na perspectiva das aprendizagens;
  - f) articular teoria e prática;
  - g) propiciar uma aprendizagem significativa;
  - h) possibilitar situações conflituosas, gerando constante movimento e agitação intelectual;
  - i) reconhecer o papel do erro no processo de aprendizagem;
  - j) contribuir para um processo de avaliação qualitativa
  - k) Prever o uso de TICs articulado aos objetivos de aprendizagem
  - l) Concepção de formação/ perfil do egresso.

## **DISCUSSÃO DOS DADOS**

Foi possível realizar a análise de um único Projeto Político Pedagógico- PPP PPP, tendo em vista que a bolsa de iniciação científica foi cancelada por motivo de conclusão do curso de graduação da estudante em questão. O PPP analisado foi o do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (Biologia) da UEFS, que foi reformulado recentemente no ano de 2012.

Mediante a análise é possível pontuar que o currículo do curso de Ciências Biológicas é definido do seguinte modo: “em vez do currículo conjunto de conteúdos disciplinares onde tempo e espaço são objetivo - fim em si mesmo, um currículo conceitual”. Nesse sentido parece-nos que a inovação é contemplada neste documento bem como o PPP está pautado no que Veiga (2003) chama de caráter emancipatório onde para além de ser considerado como um documento que se esgota em si, apenas de caráter técnico, regulatório, este é construído e executado coletivamente, provocando inclusive rupturas epistemológicas.

No que se diz respeito à articulação teoria- prática o PPP na pág. 14 ao se referir sobre o estágio supervisionado do curso como uma possibilidade de articulação entre teoria-prática explicita a importância do estudante vivenciar outros contextos que

possibilitarão a estes outras oportunidades de articulação entre esses dois eixos, o trecho abaixo demonstra isso:

Além do estágio curricular, outras atividades complementares deve ser estimulada como estratégia didática para garantir a interação teoria-prática, tais como: monitoria, iniciação científica, apresentação de trabalhos em congressos e seminários, iniciação à docência, cursos e atividades de extensão.

Veiga (2010) enfatiza a importância do PPP ser construído na visão de unicidade da teoria e da prática, para a autora “não há primazia entre uma sobre a outra, há interdependência. Não há determinação de uma em relação á outra, há dinamicidade” (pag. 56). Assim podemos inferir que este documento evidencia como de fundamental relevância a articulação entre a teoria e a prática, ambos compreendido na perspectiva de cooperação no processo formativo dos discentes. É interessante perceber que essa articulação pode ocorrer em várias instancias/ espaços e em diferentes momentos como foi explicitado acima. Ainda na pag. 14 e entrando na 15 no tópico sobre a prática educativa o PPP demonstra que:

As Práticas Educativas colocarão os estudantes diante dos desafios da utilização de novas tecnologias da informação e comunicação que auxiliam no processo de ensino e de aprendizagem, pensadas criticamente, bem como diante da articulação entre conhecimento teórico e saberes práticos.

A esse respeito Cunha (2001, pag.65), explicita que “mais do que conhecimentos advindos da racionalidade técnica, a profissão docente está imersa em dimensões éticas, senso comum, saberes cotidianos, julgamento prático, interesses sociais”. Podemos inferir que o PPP ao tratar das práticas educativas demonstra uma compreensão ampliada, atrelada aos vários aspectos que corroboram para a profissão docente. Neste documento as TICs como valiosos instrumentos a ser utilizada a favor da aprendizagem, essa compreendida como um meio e não como fim que se esgota em si.

O currículo deste curso preza pelo planejamento, coletividade, contextualização, visando aprendizagens reais e significativas, desse modo não poderia deixar de existir a preocupação com outro aspecto igualmente relevante; **Avaliação**. No que se refere a esse aspecto é abordado que esta deve ser realizada “pautando- se por princípios éticos (respeito a alteridade, dignidade humana, responsabilidade, diálogo e solidariedade), e orientando-se por pressupostos epistemológicos coerentes” (pag.17). Sendo compreendida nessa perspectiva parece-nos que a **Avaliação** é concebida como processual, e não punitiva de desvalorização do sujeito, mas como uma possibilidade de erros e acertos que capaz de conduz tanto discente como docente a (re) pensar sobre o processo ensino/ aprendizagem em que estão inseridos.

Diante da análise ainda que parcial do referido PPP, é possível constatar que embora não tenha sido recorrente o uso do termo Inovação, é possível perceber que este currículo tem contemplado o que tem sido compreendido por inovação pedagógica, uma vez que foi possível encontrar todos os aspectos elencados acima, como características inovadoras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mesmo que parcialmente essa investigação propõe valiosas contribuições aos estudos atuais referente à Inovação Educacional no ensino superior, bem como aos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura da UEFS.

Essa análise nos direciona também a (re) significar e refletir o modo como os documentos oficiais, neste caso os PPPs do curso analisado, tem se posicionado explicita ou implicitamente quanto as Inovações que vem ocorrendo especificamente no que concerne as reformas educacionais para a formação de professores.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. Plano Estadual de Educação, 2006. Disponível em: <http://WWW:mp.ba.gov.br/atuação/educ/materialapoio/legislação/Estadual/Lei.n.10.330.2006> (Plano Nacional de Educação). Pdf.>. Acesso em 18nov.2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Leis ordinárias**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 1996.

CUNHA, Maria Isabel da. Inovações: conceitos e práticas. In: **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia (Orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 2001.

PIMENTEL, Alessandra. Cadernos de Pesquisa.n. 114,n. 179-195/, 2 novembro/2001, Disponível em <http://WWW.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf> acesso em: 29/01/2012.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma P. A. Inovações e Projeto Político Pedagógico : uma relação regulatória ou emancipatória? In : **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em maio/2012.

VEIGA, I. P. A.; VIANA, C. Maria Q. Q.. Formação de professores: um campo de possibilidades inovadoras. In: **A escola mudou**. Que mude a formação de professores! VEIGA, I. P. A.; SILVA, E. F. (Orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 2010.

ZANCHET, Beatriz Maria B. A.; CUNHA, Maria Isabel. Políticas da educação superior e inovações educativas na sala de aula universitária. In: **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. CUNHA, Maria Isabel (Org.). Campinas, SP: Papyrus, 2007.